



Ofício nº 2213/2014/SRE-ANA

Documento nº 00000.038386/2014-36

Brasília, 11 de novembro de 2014.


À Sua Senhoria o Senhor
Victor Dib Yazbek Filho
Representante Legal
EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL
Rua Dr. Zerbini, 421 – Bairro Chácara Cachoeira
79040-040 – Mato Grosso do Sul/MS

Assunto: **Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos**
Referência: **Processo nº 02501.001601/2014-28**

Senhor,

1. Reportamo-nos a Vossa Senhoria para encaminhar cópia da Resolução ANA nº 1589, de 27 de outubro de 2014, que deferiu o pedido de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, bem como cópia de sua publicação no Diário Oficial da União.
2. Na oportunidade, informamos que alterações no uso de recursos hídricos deverão ser precedidas de Declaração Retificadora no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, bem como de envio de novo pedido de outorga.

Atenciosamente,


RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES
Superintendente de Regulação

RESOLUÇÃO Nº 1589, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.001601/2014-28, resolveu:

Art. 1º Aprovar o ato relacionado com outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, devidamente registrado no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, discriminado abaixo.

Ato	Outorga de direito de uso de recursos hídricos
Objeto do ato	Usos de Recursos Hídricos de domínio da União constantes da Declaração CNARH nº 218.927
Interessado(a)	Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Município	Chapadão do Sul
UF	MS
Finalidade(s)	Esgotamento sanitário
Corpo hídrico	Rio Aporé ou do Peixe
Efeitos legais	Até 10 de agosto de 2040
Envio de DAURH *	Não

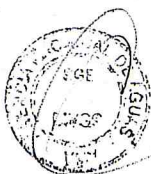
**Necessidade de envio da Declaração de Uso de Recursos Hídricos – DAURH por exigência técnica ou enquadramento na Resolução ANA nº 782/2009.*

Art. 2º As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis nos endereços eletrônicos <http://cnarh.ana.gov.br> e <http://www2.ana.gov.br/outorga>.

Art. 3º O interessado constante desta Resolução deverá cumprir, naquilo que lhe couber, o disposto na Resolução n.º 833, de 05 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES





Nº 1.559 - Marilene Leite de Oliveira Santos, São Francisco, Município de Lagoa Grande Pernambuco, irrigação.

Nº 1.560 - Maria do Carmo Paulino da Silva, São Francisco, Município de Lagoa Grande Pernambuco, irrigação.

Nº 1.561 - Idaslan Leite Torres de Sá, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande Pernambuco, irrigação.

Nº 1.562 - Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda., Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de Ipiatins Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.563 - Raimundo Alves Ferraz, Reservatório da UHE Apolônio Sales Moxotó (rio São Francisco), Município de Jaboá Pernambuco, irrigação.

Nº 1.564 - Edmilson Antonio de Souza, São Francisco, Município de Lagoa Grande Pernambuco, irrigação.

Nº 1.565 - Erico Clemente Alves de Lima, São Francisco, Município de Lagoa Grande Pernambuco, irrigação.

Nº 1.566 - Cicera Josefa dos Santos, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande Pernambuco, irrigação.

Nº 1.567 - Geruldo Oincillo Cordeiro, rio São Francisco, Município de Ipiatins Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.568 - Mineração Santa Inês Ltda., rio Jequitinhonha, Município de Itaobim Minas Gerais, irrigação e mineração.

Nº 1.569 - São Judas Tadeu Engenharia Ltda., ME, rio Urucuia, Município de São Romão Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.570 - Calimerio Garcia Filho, rio São José dos Dourados Reservatório da UHE Ilha Solteira, Município de Sud Mennucci São Paulo, irrigação.

Nº 1.571 - Jamir Ferreira da Costa, Reservatório de Furnas (rio Grande), Município de Pimenta Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.572 - Francisco Sávio Pereira da Silva, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.573 - Godiva Alimentos Ltda, rio Muriá, Município de Patrocínio do Muriá Minas Gerais, indústria.

Nº 1.574 - Reginaldo Sebastião Colrim, São Francisco, Município de Carinhanha Bahia, irrigação.

Nº 1.575 - Leandro José Dias dos Santos, São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista Pernambuco, irrigação.

Nº 1.576 - Ricardo Martins de Souza, São Francisco, Município de Juazeiro Bahia, irrigação.

Nº 1.577 - Silvana de Oliveira da Costa, rio Urucuia, Município de Buritis Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.578 - Mario Silveira do Amaral, rio Poniba, Município de Palma Minas Gerais, mineração.

Nº 1.579 - Associação dos Trab Rurais do Assentamento Boqueirão, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista Pernambuco, irrigação.

Nº 1.580 - Lauriston Bertelli Fernandes, Reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes ex Peixoto (rio Grande), Município de Delfinópolis Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.581 - Jádson da Conceição Ferreira, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Petrolândia Pernambuco, irrigação.

Nº 1.582 - Américo Borges Barreto Neto, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova Bahia, irrigação.

Nº 1.583 - Maria da Conceição, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.584 - Rafaela Fonseca Ribeiro, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.585 - Ieda Maniçoba Ferreira, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.586 - Helielson Freire Damasceno, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.587 - Josenaldo Ribeiro Fonseca, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.588 - Manoel Prudêncio de Mello, rio Urucuia, Município de Buritis Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.589 - Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, rio Aporé ou do Peixe, Município de Chapadão do Sul Mato Grosso do Sul, esgotamento sanitário.

Nº 1.590 - Cicero Paulo da Nobrega, rio São Francisco, Município de Juazeiro Bahia, irrigação.

Nº 1.591 - Cássio Osmair Curacini, rio Mucuri, Município de Mucuri Bahia, irrigação.

Nº 1.592 - Karla de Almeida Peixoto, Reservatório da UHE Marechal Mascarenhas de Moraes (rio Grande), Município de Delfinópolis Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.593 - Declecio Soares Lustosa, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga, Município de Belém de São Francisco Pernambuco, irrigação.

Nº 1.594 - Maria Sonia Rodrigues de Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro Bahia, irrigação.

Nº 1.595 - Lêda Pereira Ferreira, Reservatório da Luiz Gonzaga, Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.596 - Ivan Valtier da Silva, UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.597 - Elza Ribeiro dos Santos, rio Urucuia, Município de Buritis Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.598 - Givaldo Santana de Almeida, rio São Francisco, Município de Curaçá Bahia, irrigação.

Nº 1.599 - Antônio José Rodrigues Gualberto Tonni, rio José Pedro, Município de Ipanema Minas Gerais, mineração.

Nº 1.600 - Tarcisio da Silva Souza, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.601 - Urbano Afro dos Santos, UHE Luiz Gonzaga Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.602 - FC Administração e Participações Ltda., Reservatório da UHE Jurumirim (rio Parapanema), Município de Itai São Paulo, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010, e nos elementos constantes no Processo ANA nº 02501.001378 2009-51 (Processo MPA nº 00361.000004 2008-54), resolveu:

Nº 1.532 - Art. 1º Revogar, a partir de 15 de maio de 2013, a Resolução ANA nº 917, de 20 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009, seção 1, página 90, a qual outorgou à Cláudia Eloisa da Silva Vilela, o direito de uso de recursos hídricos com a finalidade de piscicultura em tanques-rede no Reservatório da UHE Furnas, situado no rio Grande, Município de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais, por motivo de desistência.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.002261.2008-12 (Processo MPA nº 00355.002014 2008-11), resolveu:

Nº 1.533 - Art. 1º Alterar, por erro material, o nome e o CNPJ dacessionária constante do art. 1º da Resolução nº 1115, de 13 de agosto de 2014, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, publicada no Diário Oficial da União em 15 de agosto de 2014, seção 1, fl. 117, que deverá ser: outorgar à Associação dos Pequenos Aquicultores de Malhada Grande - APAMG, CNPJ nº 08.210.683/0001-13, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no Reservatório da UHE Xingó, situado no rio São Francisco, Município de Paulo Afonso, Estado da Bahia.

Art. 2º As demais características da Resolução nº 1.115, de 13 de agosto de 2014, permanecem as mesmas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 114, DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim no estado de Santa Catarina - SC (Processo no 02198.000003.2013-31).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.315, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como os arts. 17 a 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando o Decreto nº 50.922, de julho de 1961, que criou o Parque Nacional de São Joaquim, no estado de Santa Catarina;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de abril de 2006 que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação, bem como o apoio a participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais;

Considerando a Portaria nº 46, de 30 de junho de 2011, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim;

Considerando o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2014 que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo ICMBio no 02198.000003.2013-31, resolveu:

Art. 1º Os arts. 2º e seguintes da Portaria ICMBio nº 46, de 30 de junho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim é composto pelas seguintes representações da administração pública e dos segmentos da sociedade civil:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;
- b) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sendo um titular e um suplente;
- c) Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, sendo um titular e um suplente;
- d) Fundação do Meio Ambiente de Orleans - FAMOR, sendo um titular e um suplente;
- e) Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sendo um titular e um suplente;
- f) Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra, sendo um titular e um suplente;
- g) Prefeitura Municipal de Grão-Pará, sendo um titular e um suplente;
- h) Prefeitura Municipal de Urubici, sendo um titular e um suplente.

II - DA SOCIEDADE CIVIL

- a) Centro Universitário Barriga Verde - UNIBAVE, sendo um titular e um suplente;
- b) Instituto Serra de Ecoturismo e Conservação da Natureza - ISECON, sendo um titular e um suplente;
- c) Associação dos Proprietários de Reserva Particulares do Patrimônio Natural de Santa Catarina - RPPN Catarinense, sendo um titular e um suplente;
- d) Associação de Desenvolvimento, Artes e Ofícios - ADAO, sendo um titular e um suplente;
- e) Proprietários de imóveis e moradores no Interior e Entorno do Parque Nacional de São Joaquim - Localidade: Santa Bárbara, município de Bom Jardim da Serra - SC, sendo um titular e um suplente;
- f) Proprietários de imóveis e moradores no Interior e Entorno do Parque Nacional de São Joaquim - Localidade: Barrinha do Aiurê, Capivara Alta e Serra Furada, município de Grão-Pará - SC, sendo um titular e um suplente;
- g) Proprietários de imóveis e moradores no Interior e Entorno do Parque Nacional de São Joaquim - Localidade: Três Barras e Rio Hipólito, município de Orleans - SC, sendo um titular e um suplente;
- h) Proprietários de imóveis e moradores no Interior e Entorno do Parque Nacional de São Joaquim, Localidade: Rio do Bispo, Canudo, Morro da Igreja, Santo Antônio das Vacas Gordas e Santa Bárbara, município de Urubici - SC, sendo um titular e um suplente.



SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 66, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto nos arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.000237/2014-06, decide tornar públicos os prazos que servirão de parâmetro para o restabelecimento do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 33, de 9 de junho de 2009, aplicado às importações brasileiras de pneus de construção radial, de aros 20", 22" e 22,5", para uso em ônibus e caminhões, comumente classificadas no item 4011.20.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China:

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art. 59	Encerramento da fase probatória da investigação	19 de dezembro de 2014
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	12 de janeiro de 2015
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	11 de fevereiro de 2015
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	3 de março de 2015
art. 63	Expedição, pelo DECOM, do parecer de determinação final	23 de março de 2015

DANIEL MARTELETO GODINHO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

PORTARIA Nº 144, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º da Portaria MDIC nº 267, de 30 de agosto de 2013, considerando o disposto na Portaria SDF nº 1, de 18 de setembro de 2013, e o que consta no processo MCTI nº 01200.004730/2014-08, de 14 de outubro de 2014, e no processo MDIC nº 52001.001417/2014-97, de 15 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar provisoriamente, nos termos do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, a empresa Safesoft Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 05.728.496-0002-19, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte produto e respectivos modelos:

PRODUTO	MODELO S
Conversor ethernet serial	CES-0200-232-024; CES-0200-485-024

§ 1º Faria jus, provisoriamente, aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no processo MDIC supracitado.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização provisória do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação provisória ou a definitiva, se concedida, caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MP nº 889, de 12 de setembro de 2013.

Art. 3º Os produtos e modelos abrangidos pelos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, são exclusivamente os relacionados no art. 1º, sendo que as suas características, denominações e adequação à legislação são de exclusiva responsabilidade da empresa pleiteante.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas à comercialização com o benefício fiscal relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Art. 4º No caso de deferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 2006, cessará a vigência da habilitação provisória e ficarão convalidados seus efeitos.

Art. 5º No caso de indeferimento do pleito de habilitação definitiva de que trata o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou quando da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, antes da sua concessão ou indeferimento, a habilitação provisória perderá seus efeitos e a empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito ou desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.603, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre a redução temporária da vazão mínima afluente à barragem de Santa Cecília, no Rio Paraíba do Sul.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, incisos IV e XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público, ad referendum da DIRETORIA COLEGIADA, que

considerando o disposto no art. 4º, inciso XII e § 3º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que estabelece caber à ANA definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos

hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas, e que no caso de reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos a definição será efetuada em articulação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

considerando a importância de se preservar os estoques de água disponíveis no reservatório equivalente da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, composto pelos reservatórios de Paraíba, Santa Branca, Jaguari e Funil, face a atual desfavorável situação hidro-meteorológica pela qual passa a bacia;

considerando os encaminhamentos da reunião entre representantes do Governo Federal e dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrida em 18 de agosto;

considerando os encaminhamentos da 12ª Reunião do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul, para atuação conjunta com o Comitê da Bacia do Rio Guandu - GTAOH do CEIVAP, ocorrida no dia 21-10-2014, e os dados apresentados na ocasião pelo ONS;

considerando a importância da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para o abastecimento de várias cidades, inclusive para a Região Metropolitana do Município do Rio de Janeiro, e que as regras de operação para os reservatórios do sistema devem preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de novembro de 2014, o limite mínimo de vazão afluente à barragem de Santa Cecília, no rio Paraíba do Sul, de 190 m³/s para 160 m³/s autorizada por intermédio das Resoluções ANA nº 1309, de 29 de agosto de 2014, e nº 1516, de 29 de setembro de 2014.

Parágrafo único. Mantém-se as demais condições estabelecidas na Resolução ANA nº 1516, de 2014, que possibilitaram a redução do limite mínimo de vazão afluente à barragem de Santa Cecília.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

ÁREA DE REGULAÇÃO SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27.04.2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17.07.2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º-02-2010, publicada no DOU de 3-02-2010, resolveu outorgar à:

Nº 1.526 - Paulo Roberto Gonçalves Pereira, rio Doce, Município de Linhares Espírito Santo, irrigação.

Nº 1.527 - Reginaldo Lima Arnaldo, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itapirica, Município de Rodas Bahia, irrigação.

Nº 1.528 - Usina Açucareira Passos S.A., rio Grande, Município de Passos Minas Gerais, indústria.

Nº 1.529 - Maria Dalma Nascimento Souto, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.530 - Gertrude Neumann, UHE Capivara Escola de Engenharia Mackenzie, Município de Maracá São Paulo, irrigação.

Nº 1.531 - Antônio Dias Cunali, rio Canoas, Município de Mococa/São Paulo, irrigação.

Nº 1.534 - Usina Santa Adélia S.A., Reservatório da UHE Ilha Solteira, Município de Pereira Barreto-São Paulo, indústria.

Nº 1.535 - Usina Santo Antônio S.A., rio Pardo, Município de Serro Azul/São Paulo, indústria.

Nº 1.536 - Agropecuária "Lagoa Formosa" Bollvía II Ltda - ME, Lagoa Formosa, Município de Cabeceiras/Goias, irrigação.

Nº 1.537 - Marco Antonio Pugliesi, Francisco Pugliesi Neto, Valeria Junqueira Rezende Pugliesi, Tereza Vanini Pugliesi, Rosângela Maria Pugliesi e José Mauro Caputi Júnior, rio Sapucaí, Município de Miguelópolis São Paulo, irrigação.

Nº 1.538 - Biosew S.A., rio Mogi Guaçu, Município de Leme São Paulo, indústria.

Nº 1.539 - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares - SAAE, rio Doce, Município de Linhares Espírito Santo, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Nº 1.540 - Moriuyuki Mimiura, rio São Francisco, Município de Juazeiro Bahia, irrigação.

Nº 1.541 - Antonio Silva Sales, Reservatório da UHE Pedra (rio de Contas), Município de Maracás Bahia, irrigação.

Nº 1.542 - Janiel Junqueira Porto, Reservatório da UHE Porto Colômbia (rio Sapucaí), Município de Guara São Paulo, irrigação.

Nº 1.543 - Rafael Monteiro de Oliveira, rio São Francisco, Município de Sobradinho Bahia, irrigação.

Nº 1.544 - Marco Antonio Pugliesi, Francisco Pugliesi Neto, Valeria Junqueira Rezende Pugliesi, Tereza Vanini Pugliesi, Rosângela Maria Pugliesi Caputi e José Mauro Caputi Júnior, Reservatório da UHE Porto Colômbia (rio Grande), Município de Miguelópolis São Paulo, irrigação.

Nº 1.545 - Adriano Alberto Nyssen, Reservatório da UHE Jurumirim/Armando Avellanay Laydner (rio Paranapanema), Município de Paranapanema São Paulo, irrigação.

Nº 1.546 - Francisco Martins Reis, rio São Bartolomeu, Município de Cidade Ocidental Goiás, irrigação.

Nº 1.547 - Nazir Junqueira Guimarães, Reservatório da UHE Itumbiara (rio Paranaíba), Município de Itumbiara-Goias, irrigação.

Nº 1.548 - Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda, rio Jaguari-Mirim, Município de São João da Boa Vista São Paulo, indústria.

Nº 1.549 - Antônio dos Reis Tinoco, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.550 - Progeo Engenharia Ltda, rio Doce, Municípios de Resplendor, Aimorés, Baixo Guandu Minas Gerais e Espírito Santo, indústria.

Nº 1.551 - Forte Grãos Agropecuária Ltda., Reservatório da UHE Fumas (rio Grande), Município de Fama Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.552 - Eduardo Nunes Pacheco Neto, rio São Francisco, Município de Petrolina Pernambuco, irrigação.

Nº 1.553 - Construtora OAS S.A., rio São Bartolomeu, Município de Cristalina Goiás, indústria.

Nº 1.554 - Construtora OAS S.A., rio São Marcos, Município de Cristalina Goiás, indústria.

Nº 1.555 - Lourival Cristovão, rio Paranã, Município de Nova Roma Goiás, irrigação.

Nº 1.556 - Sinomar Francisco de Almeida, Dorival Francisco de Almeida, Maria Luciene Francisca de Almeida Silva, Maria Euzilene Francisca de Almeida e Nilton José de Almeida, ribeirão Verde, Município de Guarda-Mor Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.557 - Josélio Ferreira de Oliveira, rio Jequitinhonha, Município de Jacinto Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.558 - Josedir Marin, rio Doce, Município de Linhares Espírito Santo, irrigação.

RESOLUÇÃO Nº 833, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 567, de 17 de agosto de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 427ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2011, com fundamento nos arts. 4º, II e 12, II, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e nos elementos constantes no Processo 02501.001253/2011-46, resolve:

Art. 1º Estabelecer as condições gerais para os atos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União emitidos pela Agência Nacional de Águas – ANA e dar outras providências.

CAPÍTULO I
DAS OBRIGAÇÕES DO INTERESSADO E CONDIÇÕES DA OUTORGA

Seção I – Das Obrigações dos Interessados

Art. 2º Constituem obrigações do Interessado:

I – implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e lançada nas outorgas, de direito de uso de recursos hídricos;

II – prever no projeto do empreendimento a instalação de equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e lançada nas outorgas preventivas de uso de recursos hídricos;

III – caso o uso de recursos hídricos objeto de outorga seja enquadrado nas exigências estabelecidas na Resolução ANA nº 782, de 27 de outubro de 2009, que estabelece critérios para o envio dos dados dos volumes medidos em pontos de interferência outorgados em corpos de água de domínio da União, o(a) Interessado(a) deverá enviar à ANA a Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos – DAURH contendo a relação dos volumes mensais acumulados medidos no ano anterior, até 31 de janeiro de cada ano, por meio do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, disponível no site: <http://cnarh.ana.gov.br>;

IV – todas as interferências nos corpos de água constantes dos atos de outorga, incluindo tanques-rede, pontos de captação de água e de lançamento de efluentes, deverão ser dimensionadas de modo a levar em conta as flutuações de nível e características locais do corpo hídrico no local da interferência, uma vez que nas análises realizadas pela ANA as coordenadas geográficas servem de referência para a realização do balanço quali-quantitativo dos usos de recursos hídricos;

V – o(a) Interessado(a) deverá realizar, quando necessário, sem necessidade de anuência da ANA, desde que não existam conflitos pelo uso de recursos hídricos, os serviços de limpeza de margem e leito, incluindo dragagem para desobstrução das interferências constantes da respectiva resolução de outorga, desde que não gere obstrução das captações ou derivações de água e dos lançamento de efluentes de terceiros, nem comprometa obras de utilidade pública existentes, devendo



restringir-se, no caso de dragagem, ao material de assoreamento, cuja disposição final deverá estar de acordo com as normas ambientais;

VI – garantir, nas outorgas de direito de uso de recursos hídricos para a finalidade de extração de areia em leito de rio, o retorno da água ao corpo hídrico, minimizando as perdas no procedimento de expedição do produto, não sendo este lançamento (água de retorno das pilhas) objeto de outorga;

VII – realizar e manter atualizada a Declaração de Uso no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br/>).

Seção II – Das condições para suspensão, revogação e revisão da outorga

Art. 3º As outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos poderão ser suspensas parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – não cumprimento pelo outorgado dos termos da outorga;
- II – ausência de uso por três anos consecutivos;
- III – necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas;
- IV – necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental;
- V – necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas;
- VI – necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água;
- VII – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- VIII – indeferimento ou cassação da licença ambiental, se for o caso dessa exigência;
- XIX – não início da implantação do empreendimento em até dois anos, contados da data de publicação da outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- X – não conclusão da implantação do empreendimento em até seis anos, contados da data de publicação da outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- XI – de ser instituído regime de racionamento de uso de recursos hídricos;
- XII – se o Conselho de Defesa Nacional (CDN) venha a estabelecer critérios e condições de utilização dos recursos naturais em Faixa de Fronteira, se for o caso;
- XIII – usuário de recursos hídricos fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;
- XIV – usuário de recursos hídricos obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades competentes no exercício de suas funções.

§1º Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 4º, inciso X e § 2º, da Lei nº 9.984, de 2000.

§2º A suspensão da outorga, ainda que parcial, não dá direito de indenização ao(à) Interessado(a), e implica corte ou redução dos usos outorgados.

§3º Os prazos a que se referem os incisos XIX e X poderão ser ampliados, quando o porte e a importância social e econômica do empreendimento o justificar, ouvido o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH.



Art. 4º As outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos poderão ser revistas, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

CAPÍTULO II DAS OBRIGAÇÕES PARA OUTORGA DE BARRAGENS

Art. 5º Constituem obrigações dos titulares de outorgas para barramentos enquadrados no art. 1º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens:

- I – prover os recursos necessários à garantia da segurança da barragem;
- II – providenciar, para novos empreendimentos, a elaboração do projeto final como construído;
- III – organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação referentes ao projeto, à construção, à operação, à manutenção, à segurança e, quando couber, à desativação da barragem;
- IV – informar à ANA qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança;
- V – manter serviço especializado em segurança de barragem, conforme estabelecido no Plano de Segurança da Barragem;
- VI – permitir o acesso irrestrito da ANA e dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil - Sindec ao local da barragem e à sua documentação de segurança;
- VII – elaborar e manter atualizado o Plano de Segurança da Barragem, observando as recomendações das inspeções e as revisões periódicas de segurança;
- VIII – realizar as inspeções de segurança de barragem;
- IX – elaborar as revisões periódicas de segurança;
- X – elaborar o Plano de Ações de Emergência, quando exigido pela ANA;
- XI – manter registros dos níveis dos reservatórios, com a respectiva correspondência em volume armazenado, bem como das características químicas e físicas do fluido armazenado;
- XII – manter registros dos níveis de contaminação do solo e do lençol freático na área de influência do reservatório, quando exigido pela ANA;
- XIII – manter atualizadas as informações relativas à barragem no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens;
- XIV – cumprir as recomendações contidas nos relatórios de inspeção e revisão periódica de segurança;
- XV – manter responsável técnico pela segurança da barragem com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo e função válida.

Parágrafo único. Para reservatórios de aproveitamento hidrelétrico, a alteração de que trata o inciso IV também deverá ser informada ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).



CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DE ALTERAÇÃO, RENOVAÇÃO, TRANSFERÊNCIA E DESISTÊNCIA DE OUTORGA

Art. 6º Para retificação ou alteração das características técnicas dos usos outorgados, de nome ou razão social e de alteração de CNPJ da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o(a) Interessado(a) deverá, primeiramente, retificar sua declaração no CNARH e, posteriormente, encaminhar solicitação à ANA por meio de formulário específico disponível no sítio da ANA na *internet*.

Parágrafo único. Conforme dispuser regulamentação específica, poderá haver dispensa de envio de requerimento de outorga assinado para os corpos hídricos classificados como não críticos.

Seção I – Da solicitação de transferência de outorga

Art. 7º No caso de transferência da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o(a) Interessado(a) deverá indicar o novo responsável pelo empreendimento, por meio da retificação da declaração no CNARH e envio da solicitação à ANA por meio de formulários específicos disponíveis no sítio da ANA na *internet*.

§1º A solicitação de transferência deverá ser feita pelo titular da outorga por meio do formulário de requerimento, o qual deverá estar acompanhado do formulário de transferência de outorga a ser preenchido pelo futuro titular da outorga.

§2º A transferência de outorga deverá conservar as mesmas características e condições da outorga original.

Seção II – Da comunicação de desistência de outorga

Art. 8º No caso de desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou de desistência da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos, o(a) Interessado(a) deverá comunicar formalmente a ANA, por meio de envio de formulário específico disponível no sítio da ANA na *internet*.

§1º As concessionárias e autorizadas de serviços públicos titulares de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos só poderão comunicar desistência de outorga junto à ANA mediante manifestação do poder público concedente.

§ 2º A desativação, interrupção das atividades do empreendimento ou a desistência da outorga preventiva ou da outorga de direito de uso de recursos hídricos não exime o empreendedor de responder junto à ANA por quaisquer passivos e infrações à legislação de recursos hídricos, bem como débitos quanto à cobrança pelo uso de recursos hídricos que tenham ocorrido durante a vigência de sua outorga.

Seção III – Da solicitação de renovação de outorga

Art. 9º O(A) Interessado(a) em renovar a outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá apresentar requerimento à ANA com antecedência mínima de 90 (noventa dias) da data de término de sua validade.

§1º Caso o requerimento de renovação seja protocolizado na ANA em um prazo inferior ao supracitado, este requerimento será tratado como novo pedido de outorga.



§2º Cumprido os termos do *caput*, se até a data de término de validade da outorga a ANA não se manifestar expressamente a respeito do pedido de renovação, esta fica automaticamente prorrogada até que ocorra deferimento ou indeferimento do pedido de renovação.

Seção IV – Da outorga preventiva de uso de recursos hídricos

Art. 10. A outorga preventiva de uso de recursos hídricos não é passível de renovação, não confere o direito de uso dos recursos hídricos e se destina a reservar a vazão passível de outorga, possibilitando ao investidor o planejamento de seu empreendimento.

Parágrafo único. Mediante justificativa, é facultado ao(a) Interessado(a) solicitar emissão de nova outorga preventiva.

Art. 11. A outorga preventiva de uso de recursos hídricos poderá ser convertida em outorga de direito de uso de recursos hídricos, por solicitação do(a) Interessado(a).

Parágrafo único. A conversão de que trata este artigo será objeto de análise complementar da ANA.

Seção V – Da extinção da outorga

Art. 12. As outorgas preventivas e as de direito de uso de recursos hídricos extinguem-se, sem qualquer direito de indenização ao Outorgado, mediante as seguintes circunstâncias:

I – morte do Outorgado (pessoa física), caso seus herdeiros ou inventariantes não solicitem, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do óbito, a retificação da outorga em nome destes, devendo, se for o caso, ser emitido novo ato de outorga com mesmo prazo e condições da outorga original;

II – liquidação judicial ou extrajudicial do Outorgado (pessoa jurídica);

III – término do prazo de validade de outorga de direito de uso de recursos hídricos sem que tenha havido tempestivo pedido de renovação.

Parágrafo único. Aplicam-se aos casos previstos neste artigo o disposto no §2º do art. 8º desta Resolução.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13. O(A) Interessado(a) se sujeita à fiscalização da ANA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos emitidas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Nas outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos para as atividades de mineração, a verificação da prioridade do(a) Interessado(a) ao título minerário, nos termos da Resolução ANA nº 707, de 21 de dezembro de 2004, que dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa a serem observados no exame de pedidos de outorga, será feita pela ANA no Cadastro Mineiro do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM por meio do respectivo CPF ou CNPJ.



Art. 15. Na atividade de extração de areia em leito de rio, a captação de água destina-se à composição de polpa para transporte, por meio de bombeamento, por tubulação, do material proveniente da dragagem, a partir de um ponto fixo próximo à margem do rio até a área de beneficiamento, onde se realiza a lavagem, a separação, a estocagem e a expedição do material.

Art. 16. As características técnicas das interferências e dos usos de recursos hídricos constantes das outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos estão disponíveis no endereço eletrônico da ANA (www.ana.gov.br/outorga) e do CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br>).

Art. 17. O uso dos recursos hídricos objeto de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos está sujeito à cobrança, nos termos dos arts. 19 a 21 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e do art. 4º, inciso VIII, da Lei nº 9.984, de 2000.

Art. 18. As resoluções de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos não dispensam o atendimento às normas e nem substituem a obtenção, pelo(a) Interessado(a), de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

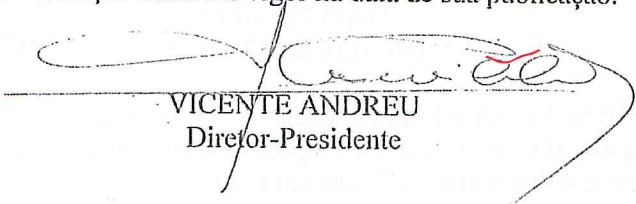
Art. 19. O(a) Interessado(a) deve cumprir todas as condições estabelecidas no ato de outorga e responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente, a terceiros e pelo uso inadequado que vier a fazer da outorga ou em decorrência de condições inadequadas de manutenção, operação ou funcionamento das obras e interferências.

Art. 20. Nos atos de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União emitidos pela ANA deverá constar artigo que remeta à observância, por parte do(a) Interessado(a), ao disposto nesta Resolução, naquilo que lhe couber.

Art. 21. As solicitações de renovação, alteração, transferência de outorga e conversão de outorga preventiva em outorga de direito de uso, se deferidas, serão publicadas como novos atos de outorga, devendo constar, quando for o caso, a revogação expressa, total ou parcial, do ato de outorga anterior.

Art. 22. São usos de recursos hídricos sujeitos à outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União, as captações e derivações para consumo final, insumo de processo produtivo, transporte de minérios, os lançamentos de efluentes com fins de diluição, transporte ou disposição final, referentes a parâmetros de qualidade outorgáveis, as acumulações de volume de água que alterem o regime de vazões e os aproveitamentos de potenciais hidrelétricos.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


VICENTE ANDREU
Diretor-Presidente

